

O Partido Republicano Nacionalista em Évora (1923-1935) — ideologia, política regional, organização interna e elites**

INTRODUÇÃO

A I República ficou marcada, em termos políticos, pela hegemonia do Partido Republicano Português (PRP) no sistema multipartidário. Alguns autores têm sublinhado que desde o «5 de Outubro» o partido fundador da República dominou os lugares cimeiros da governação, exercendo uma autêntica «ditadura de partido» e transformando a República num regime revolucionário¹. Porém, outros autores preferem destacar simplesmente a existência de um sistema pluripartidário de partido dominante durante a I República².

* CIDEHUS — Universidade de Évora.

** Este artigo insere-se no programa de doutoramento em curso na Universidade de Évora intitulado «Elites e Organizações Políticas na I República Portuguesa: O caso do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935)» e teve o apoio da FCT e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

¹ Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo. A Revolução de 1910*, Lisboa, Moraes Editores, 1982, e «Revoluções: a «República Velha» (ensaio de interpretação política)», in *Análise Social*, vol. xxvii, n.º 115, 1992, pp. 7-63; Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol. vi, edi. revista e actualizada, Lisboa, Editorial Estampa, 2001, e «O fim da República», in *Análise Social*, vol. xxxiv, n.º 153, 2000, pp. 1059-1082, e «Foi a Primeira República um regime liberal? Para uma caracterização política do regime republicano português entre 1910-1926», in Manuel Baiôa (ed.), *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS.UE, 2004, pp. 185-246.

² Marcelo Rebelo de Sousa, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983, pp. 167-177; João B. Serra, «O sistema político da Primeira

O novo regime assemelhava-se a uma democracia liberal. No entanto, não se avançou para o sufrágio universal, permaneceu o exercício da fraude eleitoral, do clientelismo e do caciquismo que existiu durante a monarquia e agravaram-se substancialmente as práticas violentas, exercidas desta vez maioritariamente por parte dos «democráticos» (membros do PRP) contra os partidários das outras forças políticas. Nas oito eleições legislativas que ocorreram durante a I República o PRP apenas não venceu duas, a primeira porque não chegou a concorrer durante o sidonismo e a segunda em 1921, na única eleição (com excepção da referida anteriormente) em que não dirigiu o acto eleitoral do Ministério do Interior, o que demonstra uma persistência das estruturas políticas vindas da monarquia³. No entanto, durante a I República nunca foi possível formar um partido conservador forte que renovasse a prática de rotativismo existente durante a monarquia constitucional.

Os motivos que impossibilitaram formar um partido alternativo ao PRP (também conhecido por Partido Democrático depois de 1911⁴) prendem-se com razões de ordem interna dos próprios partidos conservadores, dado que nunca conseguiram formar uma plataforma segura e prolongada de entendimento. O cariz revolucionário do regime e a sua fraca consolidação obrigavam muitas vezes a alianças instrumentais entre os partidos republicanos conservadores e o PRP no sentido de defenderem uma República constantemente ameaçada por perigos internos e externos. Por outro lado, a lei eleitoral que favorecia a homogénea distribuição do PRP no país, a sua forte concentração em Lisboa e as práticas de clientelismo e violência impossibilitaram a formação de um partido republicano conservador forte e capaz de fazer frente ao partido hegemónico da República⁵. O Partido Republicano Nacionalista (PRN), que se formou da união de dois dos mais importantes partidos republicanos ordeiros (Partido Republicano Liberal e Partido Republicano da Reconstituição Nacional), representou, possivelmente, a última tentativa de formar um grande partido das «direitas republicanas». Este novo partido também não conseguiu quebrar a hegemonia do PRP, vindo a sofrer problemas internos e cisões e a obter resultados eleitorais pouco expressivos.

República», in Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto (coords.), *A Primeira República Portuguesa entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 112. Fernando Farelo Lopes, também na mesma linha, designa o sistema partidário da I República por «um regime parlamentarista de partido dominante», in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. III, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, pp. 85-100.

³ Fernando Farelo Lopes, *Poder Político e Caciquismo na I República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994; António Costa Pinto, «Muitas crises, poucos compromissos: a queda da Primeira República», in *Penélope*, n.ºs 19-20, 1998, pp. 43-70.

⁴ Ernesto Castro Leal, «O campo político dos partidos republicanos (1910-1915)», in AAVV, *O Tempo de Manuel de Arriaga*, Centro de História da Universidade de Lisboa/Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, col. «Coloquia», Lisboa, 2004, pp. 107-125.

⁵ João B. Serra, «O sistema político da...», *ob. cit.*, pp. 109-129.

No entanto, em algumas regiões o PRN tornou-se uma verdadeira alternativa ao PRP, conseguindo obter vitórias eleitorais e liderando a oposição conservadora tanto nas eleições legislativas como nas eleições administrativas. De entre os vários locais onde os nacionalistas obtiveram um êxito assinalável convém destacar os resultados conseguidos na cidade de Évora. O PRN conseguiu ser uma verdadeira alternativa conservadora ao PRP, tendo conseguido obter importantes vitórias eleitorais nas eleições legislativas e municipais de 1925.

Quais os motivos que explicam este êxito político do PRN em Évora? Qual o motivo para a divergência de orientação política entre o concelho de Évora e a maior parte das regiões portuguesas onde o PRP obtinha vitórias? Quais foram os motivos para a decadência e extinção do PRN durante a ditadura? São algumas das questões que pretendemos esclarecer com este estudo.

ÉVORA NO FINAL DA I REPÚBLICA

Évora possuía um conjunto de características culturais, políticas, económicas e sociais que a diferenciavam da maioria das cidades portuguesas de província no final da I República:

- Em termos culturais distinguiu-se pela diversidade e qualidade dos seus órgãos de informação (eram publicados em Évora dois diários⁶, um bissemanário⁷, dois semanários⁸ e uma revista⁹), pelas importantes escolas que possuía (Escola Primária Superior de André de Resende; Escola Industrial e Comercial Gabriel Pereira; Liceu André de Gouveia; Escola Prática de Agricultura) e pela valiosa biblioteca de que dispunha — Biblioteca Pública de Évora¹⁰. Por outro lado, tinha dois cinemas e alguns teatros, de entre os quais se destacava o Teatro Garcia de Resende. Existiam ainda na cidade cinco sociedades recreativas que desenvolviam várias actividades culturais;
- Era uma cidade com grande importância a nível regional devido à sua dimensão (a cidade de Évora era um dos sete centros urbanos portugueses com mais de 20 000 habitantes) e ao seu dinamismo económico não só a nível agrícola, mas também a nível comercial, indus-

⁶ *Notícias de Évora e Democracia do Sul*.

⁷ *O Democrático*.

⁸ *A Terra Alentejana e A Defesa*.

⁹ *Ilustração Alentejana*.

¹⁰ Fernando Luís Gameiro, *Entre a Escola e a Lavoura. O Ensino e a Educação no Alentejo, 1850-1910*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1997.

trial e financeiro¹¹. Por outro lado, tinha uma situação geográfica privilegiada, dado que se situava a poucas horas de Lisboa e no eixo de ligação entre Lisboa e Madrid;

- O dinamismo económico do concelho de Évora possibilitava o aparecimento de alguns «homens ricos», principalmente lavradores. Esta elite económica dispunha «de um capital material acumulado, por herança e/ou mérito pessoal, que a diferenciava claramente da larga maioria da população, quer a comparação se faça a uma escala regional ou nacional»¹². Por outro lado, a cidade de Évora, ao ser um centro administrativo de grande importância a nível regional, permitia a concentração de uma grande quantidade de serviços públicos e, conseqüentemente, a fixação de numerosos funcionários públicos. Viviam em Évora, por exemplo, muito oficiais, dado que esta cidade era a sede da 4.^a Região Militar (existia ainda o Regimento de Artilharia n.º 1, o Regimento de Infantaria n.º 22, o Regimento de Cavalaria n.º 5, a 4.^a Companhia de Saúde e o Hospital Militar). Todo este quadro apresentado previamente permitia ainda a fixação de alguns profissionais liberais¹³;
- O concelho de Évora estava bastante politizado. Para além do Partido Republicano Nacionalista e do *Centro Republicano Nacionalista Ebo-rensense*, existiam sete estruturas partidárias organizadas e três centros políticos a funcionar.

O *Partido Comunista Português* tinha uma organização muito ténue. Era liderado por operários ligados aos meios sindicais, embora se distinguissem dos sindicalistas anarquistas pela participação activa nas eleições ao lado dos partidos mais próximos dos seus ideais políticos – Partido Republicano Radical e Partido Republicano da Esquerda Democrática.

O *Partido Republicano Radical* era liderado por operários, funcionários públicos e trabalhadores rurais. Destacava-se pelo discurso radical de esquerda, particularmente no tocante ao anticlericalismo. Apenas tinha implantação na cidade de Évora, onde dispunha de um *Centro Republicano Radical*.

O *Partido Republicano da Esquerda Democrática*, herdeiro do PRP, dispunha no concelho de Évora de uma boa organização. Tinha um jornal

¹¹ Helder Adegar Fonseca, *O Alentejo no Século XIX: Economia e Atitudes Económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, col. «Análise Social», 1996, e «As elites económicas alentejanas, 1850-1870: anatomia social e empresarial», in *Análise Social*, vol. xxxi, n.ºs 136-137, pp. 711-748.

¹² Helder Adegar Fonseca, «As elites económicas...», *ob. cit.*, p. 712. A afirmação de Helder Fonseca refere-se à elite económica eborense do 3.º quartel do século XIX, mas cremos que pode aplicar-se à elite económica da I República, dado o estilo de vida desde grupo e uma certa continuidade genealógica dos principais protagonistas económicos da cidade.

¹³ Trabalhavam em Évora 10 advogados e 17 médicos (*Anuário Commercial de Portugal*, 1927, vol. II, Lisboa, Empresa do Anuário Commercial, 1927, pp. 2637 e 2648).

(*O Democrático* e, posteriormente, *A Esquerda*) e o *Centro Republicano da Esquerda Democrática*, onde o seu discurso de esquerda era difundido. Era um partido interclassista, embora os funcionários públicos predomassem na sua estrutura directiva.

O *Partido Republicano Português* perdeu a sua liderança habitual no concelho de Évora, nos órgãos administrativos electivos, devido à união dos partidos conservadores nas eleições de 1922 e 1925 e à dissidência esquerdista em 1925. Esta dissidência provocou uma deslocação ideológica do partido para o «centro», uma redução substancial na sua elite e do seu eleitorado, bem como a perda do seu anterior centro e do seu órgão bimensual (*O Democrático*), ligados então aos esquerdistas. No entanto, abriu um novo centro político (*Centro Republicano Democrático*) e nas eleições legislativas conseguiu ainda eleger um deputado pelo círculo de Évora devido à sua capacidade de patrocínio e ao facto de dominar a Comissão de Verificação de Poderes no parlamento português. O PRP era um partido interclassista, embora os funcionários públicos tivessem uma posição claramente hegemónica nos seus órgãos directivos, a que certamente não será estranha a sua organização clientelar.

O *Centro Católico Português* acolhia os católicos que não se reviam nos partidos republicanos conservadores e nos «partidos monárquicos». Dispunha de uma organização partidária reduzida, associada ao arcebispado e ao semanário *A Defesa*.

A *União dos Interesses Económicos* era dirigida por capitalistas ligados à agricultura, ao comércio e à indústria. Estes patrões uniram-se, dado que os partidos republicanos ordeiros e os «partidos monárquicos» não defendiam convenientemente os seus interesses de classe. Este partido tinha uma estreita ligação à Associação Comercial e Industrial, ao Sindicato Agrícola e aos sectores económicos mais influentes da cidade. No entanto, tinha uma estrutura e uma coesão interna muito débil, dado que praticamente desapareceu enquanto partido após as eleições legislativas de 1925, embora os seus membros continuassem a liderar os principais cargos administrativos do concelho antes e depois do «28 de Maio».

O *Partido Monárquico* era liderado pelos membros das famílias tradicionais do concelho ligadas aos meios agrários. Este partido não dispunha de um centro «formal» e de um órgão de informação no concelho, embora um número significativo de monárquicos se reunisse habitualmente no *Círculo Eborense*. A nível dos órgãos administrativos, o seu poder era limitado, tendo de aliar-se aos outros partidos conservadores para ter acesso aos «espaços de poder». No entanto, tinha uma presença forte no Sindicato Agrícola de Évora¹⁴.

¹⁴ Para um esclarecimento mais detalhado sobre estes partidos, v. Manuel Baião, *Elites Políticas em Évora. Da I República à Ditadura Militar (1925-1926)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.

O *Partido Republicano Nacionalista* conseguiu neste quadro político competitivo assumir-se desde a sua fundação como um partido com aspirações e estruturas para assumir o poder a nível local e regional.

A FUNDAÇÃO DO PARTIDO REPUBLICANO NACIONALISTA EM ÉVORA

Em Fevereiro de 1923 os directórios do Partido Republicano Liberal (PRL) e do Partido Republicano de Reconstituição Nacional (PRRN) decidiram que, face à dificuldade de derrotarem a tradicional hegemonia do PRP, era imperioso formarem um novo partido¹⁵. Os dois partidos separados dispersavam as forças moderadas da República, sendo por isso necessário formarem uma alternativa de governo aos «radicais» democráticos. O Partido Republicano Nacionalista não era apenas um bloco parlamentar, mas um novo partido das direitas republicanas¹⁶.

O PRN pretendia agrupar à sua volta os republicanos conservadores desgostosos com a acção do PRP no poder. Este partido tinha permanecido quase ininterruptamente na chefia do governo, alternando ministérios dominados pela corrente esquerdista com ministérios liderados pela corrente direita. O PRN queria acabar com esta «ditadura do Partido Democrático»¹⁷.

Em Évora, os reconstituintes e os liberais acordaram, em 27 de Fevereiro de 1923, numa reunião conjunta realizada no antigo centro político do PRRN, a extinção dos dois partidos e a organização do Partido Republicano Nacionalista no concelho e no distrito. Por proposta do Dr. Manuel Sereto Moniz, o novo centro político denominou-se *Centro Republicano Nacionalista Eborense*. Este centro instalou-se no espaço da antiga sede reconstituínte, sito no 1.º andar do n.º 9 da Rua Serpa Pinto. A partir deste dia iniciaram-se os preparativos para a eleição dos corpos gerentes do *Centro*

¹⁵ João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituínte: Clientelismo, Faccionalismo e a Descredibilização dos Partidos Políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese policopiada, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, pp. 300-310.

¹⁶ «Partido Republicano Nacionalista ao país», in *Democracia do Sul*, 20 de Fevereiro de 1923, pp. 1-2.

¹⁷ «Perante uma ditadura partidária, apoiada pela acção já sem reboço do Chefe do Estado; em face dum cambalacho a que se convencionou chamar *bloco*, cuja finalidade se reduz a manter no governo, sempre e através de tudo, o partido democrático, ora o da suposta esquerda, ora o da presumida direita; [...] o Partido Republicano Nacionalista só tinha que seguir pelo caminho até agora trilhado, lutando contra todas as prepotências, protestando contra todas as ilegalidades, reagindo contra a série já imensa de actos que traduzem um acentuado desejo de subversão do existente» («O Partido Nacionalista», in *Democracia do Sul*, 18 de Fevereiro de 1925, p. 1).

Republicano Nacionalista e das comissões políticas do partido no concelho, bem como a inscrição de sócios no novo centro¹⁸.

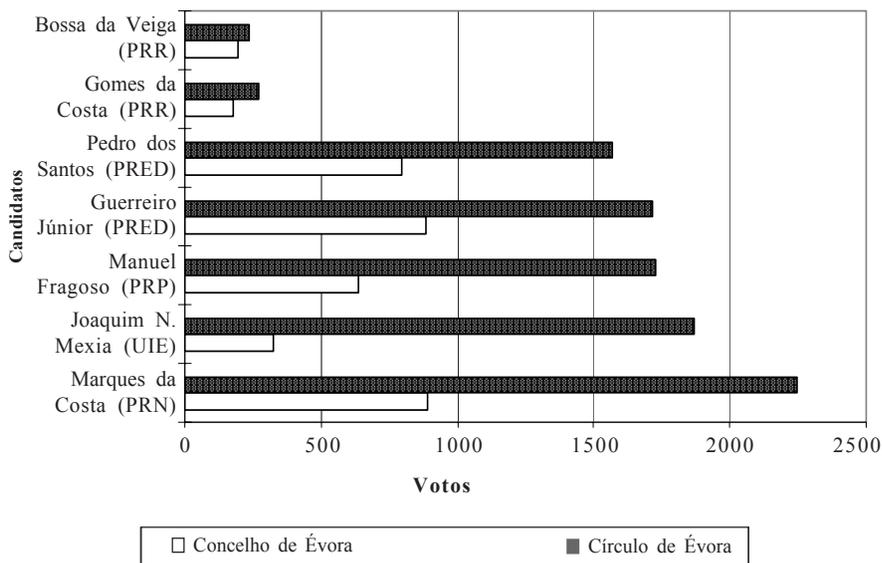
Numa sessão realizada no dia 4 de Março de 1923, estando presente o parlamentar Dr. Pedro Pita, foi oficialmente inaugurado o «Centro Nacionalista» e eleitas as comissões políticas do partido¹⁹. A actividade desenvolvida por este centro político foi uma das chaves para o êxito do PRN na cidade de Évora. No entanto, existem outros motivos que explicam a afirmação deste partido na capital alentejana.

UMA (TENTATIVA DE) EXPLICAÇÃO PARA O ÊXITO DO PARTIDO REPUBLICANO NACIONALISTA EM ÉVORA (1923-1926)

O Partido Republicano Nacionalista conseguiu quebrar a tradicional hegemonia do PRP e assumiu-se como uma alternativa conservadora dentro do quadro republicano no concelho de Évora, tendo conseguido obter importantes vitórias eleitorais nas últimas eleições da I República.

Eleições legislativas no círculo de Évora (1925)

[GRÁFICO N.º 1]



Fonte: Arquivo Histórico Parlamentar. Eleições legislativas de 1925. Círculo n.º 34 (Évora), secção IX, Caixa n.º 448.

¹⁸ *Democracia do Sul*, 29 de Fevereiro de 1923, p. 2.

¹⁹ *Democracia do Sul*, 6 de Março de 1923, pp. 1-2.

As eleições legislativas de 1925 foram muito disputadas no círculo de Évora. O Partido Republicano Português (PRP) viu a sua liderança histórica no concelho ficar comprometida pela dissidência do Partido Republicano da Esquerda Democrática (PRED), à esquerda, e pela subida do Partido Republicano Nacionalista (PRN), à direita. Participaram ainda nas eleições o Partido Republicano Radical (PRR) e a União dos Interesses Económicos (UIE). O Dr. Alberto Jordão Marques da Costa, distinto membro do PRN eborense, venceu estas eleições de uma forma destacada face aos outros candidatos, como se pode verificar no gráfico n.º 1. Os outros dois deputados eleitos foram Joaquim Nunes Mexia, da UIE, e Manuel Fragoso, do PRP. Os candidatos do PRED estiveram perto de serem eleitos. No entanto, a máquina burocrática do PRP, que dominava a Comissão de Verificação de Poderes no Congresso, conseguiu fazer eleger o seu deputado em detrimento do candidato esquerdista, num longo processo administrativo com repetição das eleições no concelho de Portel²⁰.

Nas eleições municipais de 1925 os membros do PRN lideraram uma coligação republicana conservadora (lista do concelho) que derrotou a conjunção esquerdista formada por membros do PRED e do Partido Comunista Português (lista esquerdista) e a lista das juventudes monárquicas (v. o gráfico n.º 2). O Partido Republicano Nacionalista venceu, igualmente nesse ano, as eleições para as juntas de freguesia da cidade de Évora²¹.

Entre 1923 e 1926 os membros do PRN lideraram os principais cargos do senado municipal e da comissão executiva da Câmara Municipal de Évora, onde tinham sido eleitos em listas republicanas conservadoras em 1922 e 1925²².

Como se poderá explicar o êxito do Partido Republicano Nacionalista em Évora? Penso que existem quatro motivos que podem explicar este facto.

A primeira causa tem um carácter nacional e interno ao PRN e relaciona-se com a sua *ideologia* moderada e aberta aos consensos que permitia atrair um conjunto alargado de potenciais apoiantes e votantes.

Quando, em Fevereiro de 1923, os directórios do Partido Republicano Liberal e do Partido Republicano de Reconstituição Nacional decidiram unir-se tinham como principal objectivo quebrar a tradicional hegemonia do PRP. Para conseguir esse fim era necessário formar um novo partido que unisse as forças moderadas da República, que até esse momento tinham estado divididas. Este partido ordeiro representaria uma alternativa moderada de governo face aos «radicais» democráticos. O PRN pretendia com o seu discurso cativar um eleitorado republicano conservador tão alargado quanto possível que estivesse

²⁰ V. este processo em Manuel Baiôa, *Elites Políticas em Évora...*, cit., pp. 45-61.

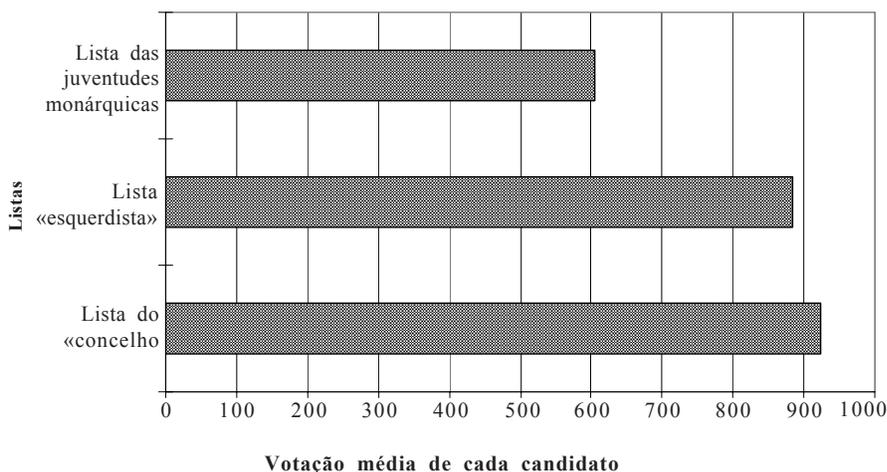
²¹ V. a análise mais pormenorizada de todos estes actos eleitorais em Manuel Baiôa, *Elites Políticas em Évora...*, cit., pp. 39-68.

²² Manuel Baiôa, *Elites Políticas em Évora...*, cit., pp. 96-100.

aberto a consensos com a sociedade civil rural e católica portuguesa da época e se afastasse do radicalismo jacobino do PRP.

**Eleições para a Câmara Municipal de Évora (1925).
Votação média dos candidatos**

[GRÁFICO N.º 2]



Fonte: *Notícias de Évora*, 25 de Novembro de 1925, pp. 1-2.

De facto, uma das ideias centrais que o PRN queria transmitir era a sua capacidade de conciliar e de fomentar a harmonia entre interesses aparentemente contraditórios. O Partido Nacionalista defendia intransigentemente a República e encontrava-se «entre duas reacções»²³: a reacção monárquica e a reacção jacobina. Esta imagem de *centrismo* que o PRN quer deixar passar está bem patente na campanha eleitoral para as eleições legislativas de 1925²⁴. O Dr. Pedro Pita, ao discursar em Arraiolos, afirmou que trabalha-

²³ «Entre duas reacções», in *Democracia do Sul*, 15 de Outubro de 1925, pp. 1-2.

²⁴ No seu manifesto ao país os nacionalistas pretendiam seduzir as «forças vivas» através da questão dos impostos. O PRN, «reconhecendo que a agricultura, a indústria e o comércio suportam dificilmente os encargos fiscais que os oneram, e que o actual regime tributário, complexo e exaustivo, constitui um embaraço grave ao desenvolvimento da riqueza nacional, [...] promoverá no parlamento a imediata revisão de toda a legislação fiscal, a fim de que se torne mais justa e mais equitativa a distribuição dos impostos, de que se facilitem as cobranças, de que se assegure ao contribuinte o direito de reclamação, e de que ninguém seja obrigado a pagar ao Estado mais do que legitimamente deva pagar-lhe.» Porém, também pretendiam cativar o operariado. Este grupo social enquanto «produtor de riqueza» tinha a consideração que lhe era devida. O PRN desejava «sinceramente que as classes operárias»

doras eram «todas as classes — mas todas as que de algum modo contribuem para a prosperidade nacional, não podendo o operário dispensar o industrial, ou o lavrador, nem estes aquele, sendo por isso indispensável que todas as classes vivam unidas para que a nacionalidade não soçobre»²⁵.

O PRN defendia valores predominantemente conservadores, o primeiro dos quais, *a ordem*²⁶, ficará sempre identificado. Pretendia ainda o fortalecimento do princípio da autoridade e do poder civil, a valorização do império colonial, bem com a moralização administrativa do Estado. Fazia ainda parte do seu programa a exaltação do culto das virtudes nacionais, a manutenção da unidade moral da nação, o civismo, a disciplina, a coesão da família e o direito da propriedade privada²⁷. Advogava uma aproximação e um novo relacionamento com a Igreja católica²⁸.

colaborassem «na vida do Estado». Iria contribuir para que fosse «remodelada em bases modernas e justas a legislação do trabalho» («Partido Republicano Nacionalista ao País», in *Democracia do Sul*, 3 de Novembro de 1925, p. 1). Após as eleições legislativas de 1925 para os nacionalistas tinha ficado demonstrado que «o país, na sua quase totalidade, se não vai para a extrema-esquerda, também repele a extrema-direita, preferindo os que lhe dão garantias de ordem e legalidade» (*Democracia do Sul*, 10 de Novembro de 1925, p. 1).

²⁵ *Democracia do Sul*, 13 de Outubro de 1925, p. 2.

²⁶ Os nacionalistas, referindo-se ao governo de José Domingues dos Santos, afirmaram que «teve, ao menos, o mérito de simplificar as situações e de extremar os campos. De um lado está a desordem, do outro está a ordem. De um lado está a política do arbitrio, do sectarismo e da violência, a anarquia do poder servida e defendida por todos os inimigos da sociedade e do Estado; do outro, a política da ordem, da legalidade e da justiça, a boa e sã política republicana, que não especula com os ódios e com as paixões populares, que não precisa de pactuar com desordeiros para defender as liberdades do povo, que não diminui a dignidade do poder, que não ameaça o direito de propriedade, que não afronta a liberdade religiosa — a única política, enfim, que ainda hoje em Portugal pode fazer a nacionalização da República e que é aquela que o Partido Republicano Nacionalista tem, intransigentemente, defendido. Que o país se decida — por uma, ou outra. Ou pela desordem, ou pela ordem» («Ao país», in *Democracia do Sul*, 6 de Março de 1925, p. 2).

²⁷ «Ao país», in *Democracia do Sul*, 6 de Março de 1925, pp. 1-2; A. H. de Oliveira Marques (coord.), *Portugal da Monarquia para a República, Nova História de Portugal*, vol. XI, Lisboa, Ed. Presença, 1991, pp. 389-391.

²⁸ «O Partido Nacionalista, fiel às suas afirmações compromete-se a tomar a iniciativa da introdução, no estatuto fundamental do Estado, de alterações tendentes a fortalecer o poder civil; [...] a tornar efectiva a liberdade das religiões, especialmente da religião católica, que é a da maioria dos portugueses, de forma que, mantendo-se rigorosamente a neutralidade do Estado laico, seja livremente permitido o ensino religioso nas escolas particulares. Afirma, mais uma vez, o seu propósito de garantir, por todas as formas, o direito de propriedade individual, expresso na Constituição da República.» («Partido Republicano Nacionalista ao país», in *Democracia do Sul*, 3 de Novembro de 1925, p. 1). Numa sessão comemorativa do «Nove de Abril» realizada em 1925, o presidente do senado da Câmara Municipal de Évora, Dr. Domingos Rosado (membro destacado do PRN), cedeu a cadeira da cidade ao representante da Igreja, o que provocou o protesto imediato do governador civil, Dr. Jorge Capinha (dirigente do PRP). O mais alto magistrado do distrito recusou-se a tomar parte na mesa da sessão, assistindo ao acto num camarote. Este incidente teve um grande destaque no órgão de informação do PRP («Um incidente», in *O Democrático*, 12 de Abril de 1925, p. 1).

A segunda causa que explica o êxito do PRN em Évora relaciona-se com algumas *especificidades da política regional*. Em 1925 acentuaram-se de novo as divergências internas no Partido Democrático, o que levou a uma nova cisão no Verão de 1925. Algumas figuras emblemáticas do PRP, entre as quais se destacava José Domingos dos Santos, criaram uma facção designada por Esquerda Democrática (posteriormente denominada Partido Republicano da Esquerda Democrática), à qual se juntaram muitos antigos membros da tendência «canhota» que existia no Partido Democrático, que era minoritária face aos «bonzos» liderados por António Maria da Silva.

O PRP foi muito afectado pela dissidência da Esquerda Democrática em Évora. A maior parte dos elementos da comissão distrital e concelhia do partido ingressou na Esquerda Democrática. O PRP perdeu para os «canhotos» não só a sua elite política em Évora, como também o seu órgão de informação (*O Democrático*), o seu centro político e grande parte do seu eleitorado.

Nas eleições legislativas de 1925, no círculo de Évora, o PRP conseguiu eleger apenas um deputado, com dificuldade e com a necessidade de recorrer a uma aliança com o PRN e com a UIE e à sua influência no «Terreiro do Paço» (nas eleições anteriores tinha conseguido sempre a maioria). Por outro lado, não participou com listas próprias nas eleições para a Câmara Municipal e para as juntas de freguesia de Évora do mesmo ano, ao contrário do PRED, que participou em ambas. O potencial eleitoral e de patrocínio do PRP, ao ser dividido no distrito de Évora, permitiu ao PRN assumir-se como o primeiro agrupamento político nesta região²⁹.

A terceira causa é de âmbito local e interno ao Partido Republicano Nacionalista e relaciona-se com a boa *organização interna* que este partido conseguiu edificar em Évora. Esta organização, embora possa ser considerada eficaz e com alguns laivos de modernidade, quando comparada com os outros partidos locais, tinha as características fundamentais de todos os partidos de notáveis da época³⁰.

O Partido Republicano Nacionalista, à semelhança dos outros partidos republicanos conservadores, surgiu no Congresso. Dado que não eram os partidos que formavam o parlamento, *o parlamento é que criava os partidos*

²⁹ Manuel Baião, *Elites Políticas em Évora...*, cit., pp. 45-68.

³⁰ Robert Michels, *Los Partidos Políticos. Un Estudio Sociológico de las Tendencias Oligárquicas de la Democracia Moderna*, 2 vols., Buenos Aires, Amarrortu Editores, 1991; Max Weber, *Economia e Sociedade*, 2 vols., México, FCE, 1969; Maurice Duverger, *Os Partidos Políticos*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970; Sigmund Neumann, «En torno a un estudio comparativo de los partidos políticos», in Sigmund Neumann (ed.), *Partidos Políticos Modernos*, Madrid, Editorial Tecnos, 1965, pp. 595-632.

e as facções³¹. O PRN e os outros partidos de notáveis dos anos 20 na Europa do Sul eram dominados pela elite parlamentar e pelos ex-ministros e pelas suas clientelas de notáveis regionais e caciques locais quando na Europa ocidental se afirmavam os partidos de massas. A organização e a burocracia partidária eram muito débeis e resumiam-se muitas vezes apenas a relações pessoais, a comissões políticas com actividade apenas nos períodos eleitorais, a centros partidários nas cidades e a alguns jornais nacionais e regionais, tendo os seus líderes uma grande autonomia. O seu objectivo central era aliciar o maior número de influentes regionais e locais, dado que este tipo de partidos era composto pelo somatório dos notáveis e das suas clientelas locais. A coesão interna mantinha-se pela perspectiva de distribuição de favores colectivos (uma estrada ou uma escola para uma localidade) e individuais (recomendações para empregos ou resolução de problemas burocráticos com a administração pública) dos patronos aos seus afilhados em troca de apoio político durante o processo eleitoral. Contudo, a indisciplina, a fragmentação e as cisões neste tipo de partido foram frequentes devido principalmente a diferenças pessoais e lutas de liderança. Estas cisões provocavam uma associação de notáveis e seus amigos em torno dos novos líderes com ramificações por todo o país, dando lugar, por vezes, à formação de um novo partido³². A representação dos interesses não era canalizada pela «organização partido», mas por um conjunto de notáveis que acautelavam as suas causas e os seus protegidos individualmente, criando inúmeras redes de favores cruzados, muitas vezes incompatíveis dentro do mesmo partido³³. A organização partidária modernizou-se pouco, continuando com a mesma estrutura personalista de carácter oligárquico e caciquil que afastava a maioria dos seus membros das decisões e mantinha a população afastada da política. Os actos eleitorais internos e externos continuaram pouco transparentes e não foi possível consolidarem-se novos partidos de integração social que renovassem os líderes políticos e os seus procedimentos. Esta imagem de organização clientelar transparecia para a opinião pública por meio de uma imprensa cada vez mais ácida em relação à ineficácia dos partidos e do parlamento. No entanto, convém salientar que esta realidade

³¹ *Diário de Lisboa*, 7-4-1925, p. 16.

³² João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente...*, cit.; María Sierra, *La Política del Pacto. El Sistema de la Restauración a través del Partido Conservador Sevillano (1874-1923)*, Sevilla, Diputación de Sevilla, 1996; Javier Moreno Luzón, «Partidos y Parlamento en la crisis de la Restauración», in Mercedes Cabrera (dir.), *Con Luz e Taquígrafos. El Parlamento en la Restauración (1913-1923)*, Madrid, Taurus, 1998, pp. 67-102; José Varela Ortega (dir.), *El Poder de la Influencia. Geografía del Caciquismo en España (1875-1923)*, Madrid, Marcial Pons, 2001.

³³ João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente...*, cit., p. 31.

não era monolítica nem eterna. Quase todos os partidos de notáveis iniciaram uma aproximação a um modelo de partido moderno e funcional nos anos 20. Alguns partidos, entre os quais se incluiu o PRN, utilizavam uma estratégia política mista em simultâneo: uma prática política moderna mais acentuada nos meios urbanos e uma acção política clientelar nos meios rurais. Entre as práticas políticas modernas podemos destacar o percurso dos candidatos pelo círculo em campanha eleitoral, a confraternização com os votantes, o comício, a eleição do candidato no seio do partido, a elaboração de um programa e a obtenção de favores para toda a colectividade e já não só para alguns indivíduos da mesma comunidade. As práticas tradicionais continuaram a persistir, em particular nos meios rurais, como a compra do voto, a acção dos caciques, a violência, a coacção sobre os trabalhadores por parte do seu patrão, a intervenção do governador civil e de outros membros da administração pública, a fraude e a manipulação final dos resultados eleitorais através de pactos entre a elite local³⁴.

Em Évora, à semelhança do resto do país, o processo de filiação no Partido Republicano Nacionalista foi executado de cima para baixo. Primeiro desvincularam-se os parlamentares que levaram consigo os líderes regionais e estes os membros locais. A filiação era feita «por intermédio de», ou seja, por razões de solidariedade ou de dependência pessoal, muito mais do que por um acto de identificação política e ideológica. Foi um processo amigo a amigo, patrono a cliente. A chamada «adesão da carneirada» ou «filiação por pirâmides de amigos»³⁵. Os reconstituintes e os liberais acordaram, em

³⁴ Antonio Rivera, «Pais Vasco», in José Varela Ortega (dir.), *El Poder de la Influencia...*, cit., pp. 462-463. Veja-se como exemplo da interferência do poder executivo nos resultados eleitorais a intervenção de um delegado do Interior na «preparação» das eleições para a Câmara Municipal de Mafra em 1924. Este delegado conseguiu influenciar os notáveis locais no sentido de a lista do PRP sair vencedora [cf. «Relatório sobre as eleições para a Câmara Municipal de Mafra em 1924», maço 129 (1924), Direcção-Geral da Administração Política e Civil, arquivo do Ministério do Interior-ANTT]. Um exemplo claro de um acordo eleitoral entre todos os notáveis locais ocorreu em Guimarães. Nas eleições legislativas de 1925 representantes dos partidos políticos do concelho estabeleceram um pacto eleitoral no dia 3 de Novembro nos seguintes termos: «Os abaixo assinados representantes do Partido Republicano Português, do Partido Nacionalista, do Partido Radical, da União dos Interesses Económicos, do Centro Católico e do Partido Monárquico comprometem-se pela sua honra a cumprir e fazer cumprir aos seus correligionários deste concelho o seguinte acordo eleitoral para as eleições a Deputados e Senadores a realizar no próximo dia 8.» O número de votos estabelecido para cada um dos candidatos foi cumprido nas eleições, havendo apenas a assinalar pequenas diferenças inferiores a 16 votos [«Acordo eleitoral datado de 3 de Novembro de 1925», espólio do Dr. Mariano Felgueiras, arquivo histórico Alfredo Pimenta, Guimarães (agradeço ao Dr. António José Queirós o envio de uma cópia deste documento). Eleições dos deputados e senadores (1925), círculos de Guimarães e Braga, caixas 406, 407 e 485, secção IX, Arquivo Histórico-Parlamentar].

³⁵ Veja-se o processo semelhante ocorrido na formação do Partido Reconstituente: João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente...*, cit., pp. 41-47.

27 de Fevereiro de 1923, numa reunião conjunta realizada no antigo centro político do PRRN em Évora, a extinção dos dois partidos e a organização do Partido Republicano Nacionalista no concelho e no distrito. O novo centro político denominou-se *Centro Republicano Nacionalista Eborense*. No dia 1 de Março de 1923, o novo centro iniciou a sua actividade com 230 sócios fundadores, fruto da inscrição dos antigos reconstituintes e liberais, bem como de alguns independentes. No entanto, muitos dos associados não tiveram conhecimento da inscrição, tendo-se negado a pagar a quota de Março, e outros inscritos não conseguiram ser identificados pela direcção do centro durante alguns meses, dado que não se sabia quem eram³⁶. O partido não tinha um cadastro nacional e as quotas do centro serviam apenas para financiar algumas actividades do partido a nível local, tendo os notáveis de avançar com a sua fortuna pessoal para as despesas de promoção partidária. O partido era composto pelo somatório dos notáveis e das suas clientelas locais, que formavam uma série de confederações locais com uma interligação horizontal e vertical reduzida. As alianças partidárias tinham mais um carácter instrumental e local do que ideológico ou nacional. Os interesses familiares e as incompatibilidades pessoais estavam acima de qualquer teoria política, embora nos meios urbanos, como começava a ser o caso de Évora, esta situação tendesse a esbater-se.

O PRN era pouco democrático a nível interno. Havia o que se pode chamar «decisão por interpretação» nas reuniões. Estas são mais para dar conhecimento do que para debater. As propostas são aprovadas por ovação e não por votação³⁷. Veja-se como exemplo a reunião realizada em Fevereiro de 1923 em Évora entre liberais e reconstituintes para decidir a fusão dos dois partidos. Foi mais para dar informações do que para discutir. A reunião terminou enviando-se um telegrama a saudar o novo partido³⁸. O mesmo sucedeu na reunião para analisar a decisão do directório do Partido Nacionalista de não viabilizar um governo presidido pelo Dr. Afonso Costa³⁹ ou na indicação de um correligionário para o cargo de governador civil de Évora⁴⁰. As comissões serviam quase só para idolatrar e aclamar os líderes — «para dar vivas». Imperava uma cultura de dependência e de submissão⁴¹. Os notáveis é que tinham a palavra decisiva nas decisões.

³⁶ Arquivo particular de Cláudio Percheiro (Évora), ficha de inscrição n.º 226, Centro Republicano Nacionalista, livro de sócios inscritos.

³⁷ João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente...*, cit., pp. 66-67.

³⁸ *Democracia do Sul*, 29 de Fevereiro de 1923, p. 2.

³⁹ *Democracia do Sul*, 14 de Novembro de 1923, p. 2.

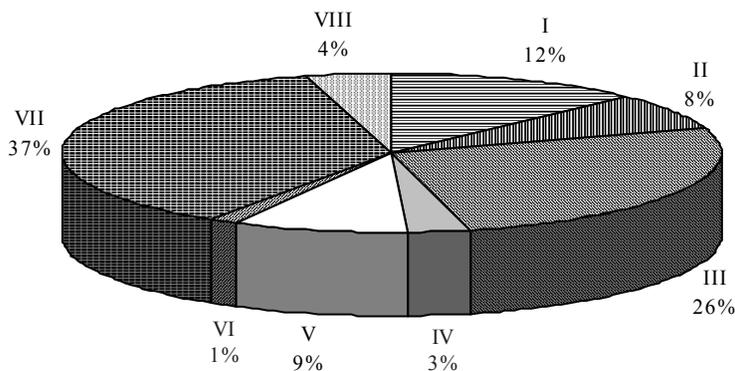
⁴⁰ *Democracia do Sul*, 20 de Novembro de 1923, p. 2.

⁴¹ João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente...*, cit., p. 72.

No entanto, o Partido Republicano Nacionalista em Évora, embora continuasse a ter uma organização clientelar, típica dos partidos de notáveis, possuía uma boa organização, quando comparada com os outros partidos, possibilitando-lhe actuar de uma forma rápida e eficiente sempre que era necessário, acompanhando e integrando os seus apoiantes. O Partido Republicano Nacionalista conseguiu formar a partir de Março de 1923 uma densa rede de comissões políticas no distrito. Em Évora existiam quatro comissões políticas das juntas de freguesia urbanas, a comissão política concelhia, a comissão distrital e a direcção do *Centro Republicano Nacionalista Eborense*. Estas comissões, embora estivessem sujeitas a uma «cultura de obediência» face aos notáveis locais, reuniam com alguma regularidade e desenvolviam actividades partidárias com visibilidade. Parte desta visibilidade devia-se ao importante meio de afirmação local e regional de que o partido dispunha em Évora. O jornal *Democracia do Sul* defendia diariamente as teses do PRN, tendo por director o Dr. Alberto Jordão Marques da Costa, líder incontestado do partido em Évora e com alguma notoriedade a nível da elite nacional do partido, dado que era membro substituto do directório (1923-1935).

Composição sócio-profissional dos sócios do Centro Republicano Nacionalista Eborense (1923-1928)

[GRÁFICO N.º 3]



I — Proprietários e lavradores; II — trabalhadores rurais; III — artes e ofícios; IV — industriais; V — comerciantes; VI — profissões liberais; VII — funcionários públicos; VIII — outros.

Fonte: Arquivo particular de Cláudio Percheiro, Centro Republicano Nacionalista, livro de sócios inscritos.

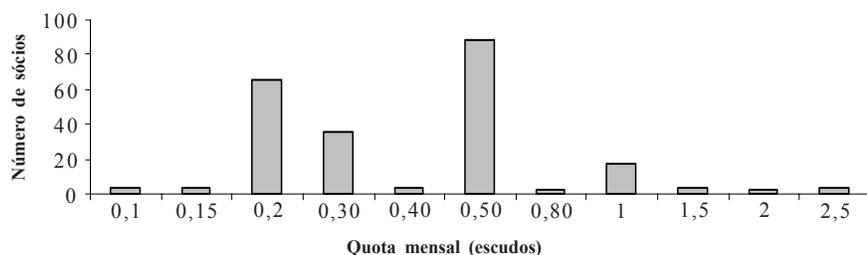
Parte do sucesso do PRN deveu-se também ao papel dinamizador do seu centro político, que se formou no dia 1 de Março de 1923. O *Centro*

Republicano Nacionalista Eborense era um dos principais pólos de sociabilidade política da cidade (existiam mais três centros políticos: radical, esquerdista e democrático). O centro iniciou a sua actividade com 230 sócios fundadores e até 31 de Agosto de 1926 inscreveram-se 330 sócios. Tendo em conta o número de recenseados no concelho de Évora em 1925, podemos afirmar que o centro dispunha de cerca de 9% dos potenciais votantes⁴². A composição sócio-profissional desta associação era heterogénea e interclassista, indo ao encontro do seu discurso ideológico, como se pode verificar no gráfico n.º 3. Predominavam funcionários públicos (37%) e trabalhadores das artes e ofícios (26%). No entanto, proprietários e lavradores (12%), comerciantes (9%) e trabalhadores rurais (8%) também tinham uma presença significativa.

A quota mensal que os sócios fundadores pagavam no centro nacionalista em 1923 oscilava entre 0,1 e 2,5 escudos (v. o gráfico n.º 4), chegando a quota máxima aos 5 escudos em 1926⁴³. A quota média e a moda situavam-se nos 0,5 escudos. Aqueles que pagavam uma quota mais elevada eram aqueles que tinham um estatuto sócio-profissional mais elevado e que tinham uma participação política mais activa, tendo uma posição de destaque na hierarquia do partido, e disputavam os lugares políticos mais prestigiados: deputado, presidente e vereador da câmara municipal, governador civil e administrador do concelho.

Quota mensal dos sócios fundadores do Centro Republicano Nacionalista Eborense (1923)

[GRÁFICO N.º 4]



Fonte: Arquivo particular de Cláudio Percheiro, Centro Republicano Nacionalista, livro de sócios inscritos.

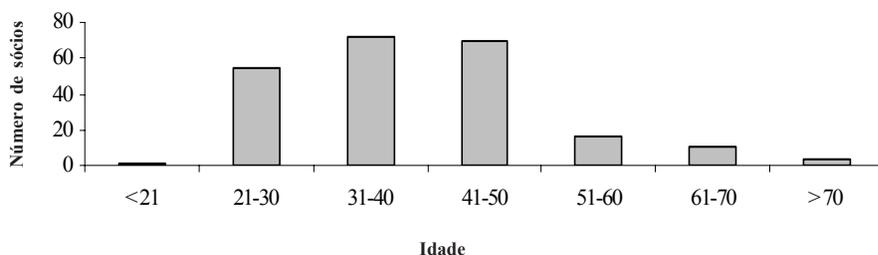
⁴² Desconhecemos o número de sócios que se foram desligando do centro nacionalista entre 1923 e 1925. No entanto, até Dezembro de 1925 tinham-se inscrito 308 sócios. Em 1925 encontravam-se recenseados 3226 indivíduos no concelho de Évora (Manuel Baiôa, *Elites Políticas em Évora...*, cit., p. 43).

⁴³ Os valores pagos pela elite eborense eram inferiores aos praticados nos centros políticos nacionalistas de Lisboa, que em 1923 já cobravam 5 escudos [«Quotas pagas pelo Dr. Bernardo Ferreira de Matos no Centro Republicano Nacionalista do Calhariz e no Centro Republicano Latino Coelho», arquivo pessoal da Dr.ª Manuela Mineiro (neta do Dr. Bernardo), Lisboa].

A idade média dos sócios do centro situava-se nos 40 anos, sendo de destacar a elevada presença de elementos entre os 21 e os 50 anos, em contraste com a reduzida presença de indivíduos com mais de 50 anos e a quase insignificante participação dos menores de 21 anos (v. o gráfico n.º 5). O ingresso destes jovens na actividade partidária não representava um interesse acrescido nem para o partido nem para os próprios, dado que não podiam ser cidadãos activos. A mobilização e integração social dos jovens continuava a não ser uma prioridade para este tipo de partido, ao contrário do que sucedia com os novos partidos de integração de massas. Já a reduzida presença de sócios maiores de 50 anos poderá ser explicada pela baixa esperança de vida masculina nos anos 20 e pela aproximação desta faixa etária a outros agrupamentos políticos, ainda que esta última hipótese ainda não tenha sido aferida com estudos aprofundados.

Idade dos sócios do Centro Republicano Nacionalista Eborense (1925)

[GRÁFICO N.º 5]



Fonte: Arquivo particular de Cláudio Percheiro, Centro Republicano Nacionalista, livro de sócios inscritos.

Em quarto e último lugar, temos o elemento central que, em nossa opinião, explica o êxito do PRN na capital alentejana — a *elite* partidária local.

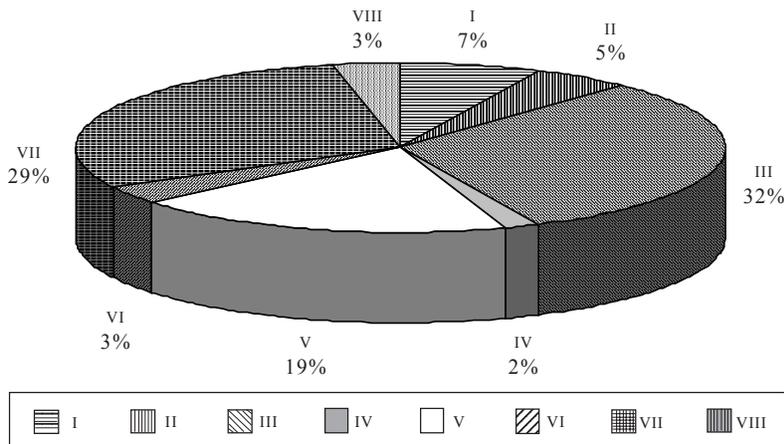
O corpo dirigente do PRN eborense era bastante heterogéneo. Este facto ia ao encontro do seu discurso ideológico de partido interclassista, já que todos os grupos sociais estavam representados nas suas comissões políticas. O grupo mais numeroso era o dos trabalhadores das artes e ofícios (32%), seguido dos funcionários públicos (29%), dos comerciantes (19%) e dos proprietários e lavradores (7%). Os trabalhadores rurais, bem como os profissionais liberais e os industriais, também tinham uma presença, embora reduzida em número, nos órgãos directivos do partido (v. o gráfico n.º 6).

Todavia, esta circunstância não pode iludir o facto de apenas um número muito reduzido de personalidades dominar as estruturas do partido a nível

local, ao mesmo tempo que conseguia relacionar-se facilmente com a elite nacional. O Partido Republicano Nacionalista dispunha nos seus quadros de personalidades com formação universitária que podiam desempenhar as funções de «patrono burocrata». No início do século xx o patrocínio tradicional específico de sociedades fortemente ruralizadas tendeu a transformar-se. O clientelismo tradicional, embora não desaparecesse, tendeu a diluir-se para dar lugar ao patrocínio de Estado ou burocrático. Com o «cacique proprietário» passaram a competir novos patronos e intermediários (comerciantes, médicos, advogados, funcionários públicos e deputados, entre outros) que controlavam e proporcionavam certos recursos, bens e serviços específicos, particularmente a mediação com o Estado, e daí a importância do «cacique burocrata» na articulação entre o centro e a periferia. Este clientelismo, geralmente designado de transição (entre o clientelismo tradicional e o clientelismo burocrático), surge em vilas e cidades da província onde se assiste à afirmação do mundo urbano e do Estado central, como era o caso de Évora⁴⁴.

Composição sócio-profissional dos dirigentes políticos do concelho de Évora do Partido Republicano Nacionalista (1925)

[GRÁFICO N.º 6]



I — Proprietários e lavradores; II — trabalhadores rurais; III — artes e ofícios; IV — industriais; V — comerciantes; VI — profissões liberais; VII — funcionários públicos; VIII — outros.

Fonte: Manuel Baiôa, *Elites Políticas em Évora. Da I República à Ditadura Militar (1925-1926)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, p. 259.

⁴⁴ Fernando Farello Lopes, *Poder Político...*, cit., pp. 11-50; João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, «O clientelismo partidário durante a I República: o caso do Partido Reconstituente (1920-1923)», in *Análise Social*, vol. xxxii, n.º 140, 1997, pp. 31-74.

O PRN dispunha nos seus quadros de alguns políticos com o perfil de «notável burocrata». Esta elite tinha a possibilidade de estabelecer uma intercessão entre algumas necessidades dos membros do partido e o Estado. O Dr. Alberto Jordão Marques da Costa, membro da comissão distrital e director do centro do PRN (1923-1928), representava este novo tipo de mediador. Era advogado, professor e reitor do Liceu André de Gouveia. Foi ainda governador civil de Évora em duas ocasiões (de 27-12-1914 a 5-2-1915 e de 24-5-1915 a 23-10-1917) e deputado entre 1919 e 1921 e entre 1922 e 1926. Presidiu à comissão executiva (1923-1925) e ao senado (1926) da Câmara Municipal de Évora e foi provedor da Misericórdia (1920-1923). Dirigiu o diário *Democracia do Sul* (1917-1932), órgão officioso nacionalista, foi membro substituto do directório do PRN (1923-1935) e chefe de gabinete do ministro Pedro Pita (Novembro-Dezembro de 1923). O Dr. Domingos Vítor Cordeiro Rosado era outro dos membros destacados que o PRN contava nas suas fileiras. Era advogado e professor da Escola Primária Superior e da Escola Comercial e Industrial de Évora, foi deputado em 1919, governador civil em 1921 e 1923-1924, presidente da comissão executiva da Câmara Municipal de Évora em 1919 e 1926 e director da Casa Pia de Évora⁴⁵.

A influência destes dois notáveis nas escolas e na Câmara Municipal de Évora é visível no recrutamento partidário, dado o elevado número de contínuos das escolas, de polícias municipais e funcionários da Câmara Municipal de Évora que ingressaram no centro nacionalista⁴⁶. O poder que o Dr. Alberto Jordão Marques da Costa contava em Évora pode comprovar-se também pelo facto de ter conseguido levar por diante a sua candidatura a deputado pelo círculo de Évora em 1922, contrariando a posição do directório do PRN, que queria candidatá-lo pelo círculo de Santo Tirso.

Como referimos anteriormente, o PRN tinha uma composição sócio-profissional heterogénea a nível dos seus membros e da sua elite, o que lhe permitia ter alguma sensibilidade para os problemas dos vários grupos sociais. Por outro lado, os seus notáveis tinham uma longa experiência política. A maioria dos membros das comissões políticas do PRN tinha transitado do PRN. Contudo, uma parte significativa tinha iniciado a sua carreira política alguns anos antes no PRP, no Partido Republicano Evolucionista e no Partido da União Republicana, tanto mais que era o partido que tinha a média de idade mais elevada de entre as comissões políticas dos partidos de Évora (42

⁴⁵ V. uma análise mais alargada da elite nacionalista em Manuel Baião, *Elites Políticas em Évora...*, cit., pp. 81-85 e 96-105.

⁴⁶ O *Centro Republicano Nacionalista Eborensis* teve como sócios 21 polícias, 5 funcionários das escolas e 10 funcionários da Câmara Municipal (cf. arquivo particular de Cláudio Percheiro, Centro Republicano Nacionalista, livro de sócios inscritos).

anos). Dois membros das comissões políticas do PRN faziam parte dos corpos directivos da Associação Comercial e Industrial de Évora e outros dois da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Eborense, o que atesta uma presença, embora reduzida, em duas das principais organizações económicas da cidade. No entanto, onde este partido tinha uma presença mais expressiva era na Câmara Municipal e na Misericórdia de Évora antes do «28 de Maio». Significativa era a ausência dos seus membros dos corpos gerentes do Sindicato Agrícola de Évora, instituição dominada por elementos monárquicos, e da União dos Interesses Económicos e das principais empresas da região, o que demonstra o afastamento das elites republicanas conservadoras das principais instituições económicas da cidade⁴⁷.

A elite dirigente alargada do PRN eborense não era muito diferente, em termos sociais, do Partido Democrático e mesmo da Esquerda Democrática, embora nesta última se notasse uma presença mais acentuada de funcionários públicos. Em relação ao Partido Radical e ao Partido Comunista, destacava-se a forte presença de profissionais das artes e ofícios e o reduzido número de membros com formação universitária. No Partido Monárquico, no Centro Católico e na União dos Interesses Económicos salientava-se a reduzidíssima presença de funcionários públicos e o facto de estes partidos concentrarem a maior parte da elite económica da cidade, particularmente lavradores e proprietários e alguns comerciantes e industriais⁴⁸.

A EXTINÇÃO DO PARTIDO REPUBLICANO NACIONALISTA (1926-1935)

O golpe militar de «28 de Maio de 1926», há muito esperado pelos adversários do PRP, foi acolhido com entusiasmo e esperança de, finalmente, se poder acabar com a «ditadura do Partido Democrático». Todos estavam na expectativa de representarem algo na nova situação que estava a criar-se.

Os nacionalistas eborenses, através da *Democracia do Sul*, mostraram que estavam satisfeitos com o movimento militar, pois a «acumulação dos erros sucessivos [dos governos democráticos] não podia manter-se, não era de molde a prolongar-se indefinidamente»⁴⁹. No entanto, frisavam que iriam apreciar a actuação do novo governo⁵⁰. Em relação à política local, também defenderam uma posição parecida, embora aqui estivessem já no poder e desejavam assim continuar. Por isso, apoiaram a nomeação do novo governador civil, mas não deixaram de sublinhar que iriam criticar a sua actuação

⁴⁷ Manuel Baiôa, *Elites Políticas em Évora...*, cit., pp. 81-85.

⁴⁸ Manuel Baiôa, *Elites Políticas em Évora...*, cit.

⁴⁹ *Democracia do Sul*, 1 de Julho de 1926, p. 1.

⁵⁰ *Democracia do Sul*, 20 de Junho de 1926, p. 1.

sempre que se justificasse. Por outro lado, exigiam a manutenção da comissão executiva da Câmara Municipal de Évora e das juntas de freguesia lideradas pelos nacionalistas⁵¹.

O governador civil não atendeu o pedido dos nacionalistas ao não os reconduzir nos órgãos do poder local. Esta situação provocou uma crítica cerrada dos nacionalistas eborenses contra o governador civil e contra a ditadura militar⁵². Alberto Jordão Marques da Costa, o mais importante dirigente nacionalista e director da *Democracia do Sul*, criticou a escolha dos novos elementos da comissão executiva da Câmara Municipal. Na sua opinião, esta era constituída por alguns monárquicos e por antigos senadores pouco assíduos⁵³ e estas escolhas estavam em «desarmonia com a orientação que o presidente do governo várias vezes tem exposto»⁵⁴. No final de Novembro publicou um «balanço político» da situação que se vivia em Portugal após o «28 de Maio». Alberto Jordão defendia a clarificação da posição das pessoas face à «situação». Ele, sendo um político, era um dos visados pela crítica da ditadura. No entanto, esperava no seu «posto», na esperança de que um dia voltassem a «reconhecer a necessidade dos políticos»⁵⁵.

Após o movimento revolucionário de Fevereiro de 1927 foram presas e deportadas centenas de homens, dissolvidas várias unidades do exército e da GNR e encerrados alguns centros políticos e associações que estiveram envolvidos na insurreição⁵⁶. Em Évora foram presos alguns revolucionários e políticos, entre os quais se contava o Dr. Alberto Jordão Marques da Costa⁵⁷, e foi encerrada a sede do Centro Republicano Esquerdista no dia 25 de Fevereiro de 1927⁵⁸. O Centro Republicano Nacionalista continuou a funcionar, apesar de a maioria dos sócios ter abandonado este espaço político, uns por não pagarem a quota, outros por *medo*⁵⁹ da ditadura. Em 1928 só restavam 40 sócios dos 330 que ao longo dos anos tinham ingressado neste espaço de sociabilidade. Os lavradores e proprietários abandonaram maci-

⁵¹ *Democracia do Sul*, 11 de Junho de 1926, p. 2, 18 de Junho de 1926, pp. 1-2, e 22 de Junho de 1926, pp. 1-2.

⁵² V. a análise deste processo em Manuel Baião, *Elites Políticas em Évora...*, cit., pp. 141-149.

⁵³ A. Jordão, «Política de Évora. A nova comissão administrativa do município», in *Democracia do Sul*, 7 de Julho de 1926, pp. 1-2.

⁵⁴ «Centro Republicano Nacionalista», in *Democracia do Sul*, 7 de Agosto de 1926, p. 2.

⁵⁵ A. J., «Balanço político», in *Democracia do Sul*, 30 de Novembro de 1926, pp. 1-2.

⁵⁶ *Democracia do Sul*, 15 de Fevereiro de 1927, p. 2; Luís Farinha, *O Revirvalho. Revoltas contra a Ditadura e o Estado Novo, 1926-1940*, Lisboa, Estampa, 1998.

⁵⁷ *Democracia do Sul*, 9 de Fevereiro de 1927, p. 1.

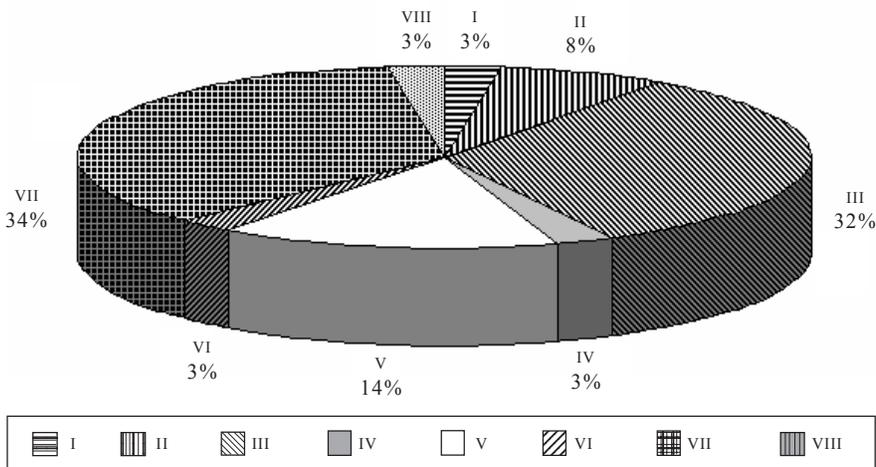
⁵⁸ *Democracia do Sul*, 26 de Fevereiro de 1927, p. 4.

⁵⁹ Algumas fichas de inscrição de associados foram inutilizadas com a palavra «medo», possivelmente escritas pelo presidente do centro Dr. Alberto Jordão (arquivo particular de Cláudio Percheiro, Centro Republicano Nacionalista, livro de sócios inscritos).

çamente o centro nacionalista (como se pode verificar comparando o gráfico n.º 3 com o gráfico n.º 7) possivelmente por encontrarem no novo regime resposta às suas antigas reivindicações. Os membros da polícia e os funcionários das escolas e da Câmara Municipal de Évora que tinham sido tão expeditos a ingressar no centro saíram em grande número⁶⁰, certamente com receio da repressão das suas novas chefias e pelo facto de verem o seu antigo patrono estar a ser punido pelas novas autoridades. Logo após o golpe militar houve uma desmobilização dentro do partido, dado que as benesses que os partidários podiam receber desapareceram e, pelo contrário, as contrariedades podiam ser muitas. Contudo, não existe qualquer relação entre a quota que os nacionalistas pagavam no seu centro e a permanência no partido. Mantiveram-se nesta associação até 1928 desde os líderes que pagavam a quota máxima até aos humildes sócios que pagavam a quota mínima. No entanto, os que permaneceram até ao fim tinham uma actividade política intensa.

Composição sócio-profissional dos sócios do Centro Republicano Nacionalista Eborense em 1928

[GRÁFICO N.º 7]



I — Proprietários e lavradores; II — trabalhadores rurais; III — artes e ofícios; IV — industriais; V — comerciantes; VI — profissões liberais; VII — funcionários públicos; VIII — outros.

Fonte: Arquivo particular de Cláudio Percheiro, Centro Republicano Nacionalista, livro de sócios inscritos.

⁶⁰ Dos 21 polícias, 5 funcionários das escolas e 10 funcionários da Câmara Municipal que se tinham inscrito no centro só permaneceram 2 funcionários desta última instituição até 1928 (arquivo particular de Cláudio Percheiro, Centro Republicano Nacionalista, livro de sócios inscritos).

O *Centro Republicano Nacionalista Eborense* acabaria por se extinguir em 1929 devido à falta de mobilização. No entanto, continuou a funcionar como *Grémio Republicano* até 1930⁶¹, desenvolvendo os seus membros algumas actividades de «conjunção» com as restantes forças republicanas da cidade, como a *Junta de Defesa Republicana* em 1928⁶², a *Liga da Mocidade Republicana Eborense* em 1930⁶³ e a participação a nível nacional em 1931 na *Aliança Republicano-Socialista*⁶⁴. Durante as comemorações do 5 de Outubro realizavam-se reuniões no *Centro*, bem como romagens ao cemitério, para enaltecer as figuras republicanas eborenses já desaparecidas e distribuía-se um budo pelos *pobres republicanos*⁶⁵. Estas actividades entraram em decadência a partir do 5 de Outubro de 1930, dada a desmobilização de grande parte das forças republicanas devido à pressão repressiva do governo e à maior actividade da *União Nacional*. O diário *Democracia do Sul* deixou de ser órgão oficioso do PRN após a saída do Dr. Alberto Jordão da direcção em 1932, mas continuou até à sua extinção, no final da década de 60, a ser o pólo agregador da resistência *permitida* ao Estado Novo no Sul do país.

Os líderes do Partido Republicano Nacionalista de Évora, ao colocarem-se numa posição de oposição à ditadura, sofreram várias punições por parte da «situação». O Dr. Alberto Jordão Marques da Costa foi preso entre 8 e 14 de Fevereiro de 1927 na sequência da revolução ocorrida nesse mês, a 16 de Dezembro de 1931 os postos fronteiriços receberam ordens para o prenderem caso tentasse sair do país e foi transferido entre Abril de 1932 e Outubro de 1933 para o Liceu de Santarém⁶⁶; António Pascoal foi multado em 3 contos na sequência de ter dado um «Abaixo a Ditadura» durante um almoço em 1930; o Dr. Domingos Rosado teve uma multa igual por ter presidido à sessão comemorativa do 31 de Janeiro no Teatro Garcia de Resende em 1930 e foi preso entre 18 de Dezembro de 1931 e 19 de Janeiro de 1932 para averiguações de carácter político⁶⁷.

⁶¹ *Democracia do Sul*, 3 de Janeiro de 1930, p. 1. Em Viseu, na Covilhã e noutras localidades também se formaram centros que procuravam reunir toda a família republicana (cf. *Democracia do Sul*, 26 de Outubro de 1929, p. 1, e 31 de Outubro de 1929, p. 1).

⁶² *Democracia do Sul*, 27 de Novembro de 1928, p. 1.

⁶³ *Democracia do Sul*, 25 de Março de 1930, p. 1.

⁶⁴ *Democracia do Sul*, 5 de Julho de 1931, p. 1, e 12 de Julho de 1931, p. 4.

⁶⁵ *Democracia do Sul*, 7 de Outubro de 1928, p. 4, 8 de Outubro de 1929, pp. 1-2, 5 de Janeiro de 1930, p. 1, 12 de Janeiro de 1930, p. 5, 7 de Outubro de 1930, pp. 1-2, e 7 de Outubro de 1931, p. 1.

⁶⁶ *Democracia do Sul*, 9 de Fevereiro de 1927, p. 1, 10 de Abril de 1932 e 20 de Outubro de 1933, p. 1; Alberto Jordão Marques da Costa, Del. do Porto, PI 10635, NT 3620, e Del. de Coimbra, PI 22738, NI 4708, SC PC 79B/31, NT 4195, arquivo PIDE/DGS, ANTT.

⁶⁷ Domingos Vítor Cordeiro Rosado, cadastro n.º 184, arquivo PIDE/DGS – ANTT, maço 451, caixa 4, Gabinete do Ministro, Ministério do Interior-ANTT.

O PRN, à semelhança dos outros partidos republicanos, teve dificuldade em adaptar-se às condições da ditadura. O discurso e a acção antipartidária do novo regime e o esvaziamento do papel dos antigos partidos, enquanto mediadores do clientelismo, contribuíram decisivamente para o fim inglório destas organizações políticas. Sem parlamento, sem liberdades civis e sem acesso ao poder, os partidos enfrentaram uma difícil travessia debaixo do novo regime autoritário. As suas magras estruturas ligadas à repartição dos recursos político-administrativos deixaram de funcionar na maior parte das regiões, ainda que muitos vínculos pessoais permanecessem vivos ao longo de um grande período. A capacidade de manobra das formações que tinham governado Portugal desvaneceu-se e a acção dos principais notáveis de cada grupo ficou muito limitada devido à hostilização a que eram submetidos pela ditadura. A capacidade de mediação passou para outros notáveis e os clientes rapidamente mudaram de patrono.

A nível nacional, o Partido Republicano Nacionalista oscilou na primeira fase da ditadura militar entre a aproximação ao «reviralho» e a tentação de se tornar o partido conservador de suporte de um novo regime. Quando a União Nacional surgiu com um projecto estruturado, o PRN, já profundamente desgastado, canalizou as suas débeis energias para o frustrado projecto da Aliança Republicano-Socialista em 1931 e 1932. As estruturas nacionais do partido deixaram de reunir periodicamente a partir de 1931, embora a elite dirigente lisboeta ligada ao directório continuasse a encontrar-se pontualmente durante longos anos, mesmo em contexto familiar⁶⁸. Quando se realizaram as primeiras eleições legislativas sob o Estado Novo, a 16 de Dezembro de 1934, o PRN já estava moribundo. A oposição, profundamente desgastada, não conseguiu apresentar uma lista oposicionista nem realizar uma campanha que desacreditasse aquele simulacro eleitoral⁶⁹. A afirmação da União Nacional enquanto partido da ditadura e a abertura da Assembleia Nacional em 1935 com a presença do Dr. Júlio Dantas (presidente do directório) na Câmara Corporativa levaram a profundas discordâncias dentro dos órgãos dirigentes nacionalistas. A solução encontrada foi a dissolução do PRN em

⁶⁸ V. o cartão de Júlio Dantas para João Tamagnini Barbosa confirmando a sua presença na casa deste último para tomarem uma xícara de chá no dia 27 de Novembro de 1934. Estariam ainda presentes nessa reunião António Lobo de Aboim Inglês, António Ginestal Machado e Pedro Pita. Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso não estaria presente por se encontrar em Valença (cartão datado em Lisboa no dia 24 de Novembro de 1934, arquivo particular do Dr. Luís Artur Tamagnini de Sousa Barbosa, Cascais). O filho de Alberto Jordão Marques da Costa foi o encarregado de levar as alianças no casamento de Maria Amélia Pita e Cunha (filha de Pedro Pita) com Paulo Arsénio Veríssimo Cunha (entrevista não gravada ao Dr. Alberto Jordão Marques da Costa, filho do dirigente eborense do PRN com o mesmo nome, Évora, 23 de Fevereiro de 2003).

⁶⁹ Fernando Rosas, *As Primeiras Eleições Legislativas sob o Estado Novo*, Lisboa, O Jornal, 1985.

Fevereiro/Março de 1935. Esta informação foi veiculada pelo encarregado de negócios da embaixada espanhola em Lisboa ao seu ministro⁷⁰, mas nunca chegaria à opinião pública portuguesa, dado que as notícias foram cortadas pela censura⁷¹.

Neste momento ainda não dispomos de dados significativos trabalhados sobre a adesão dos membros do PRN eborense à União Nacional e ao Estado Novo. No entanto, pelas informações recolhidas, supomos que a aderência à «situação» deve ter sido inferior a outras regiões⁷². A elite nacionalista, com destaque para Domingos Vítor Cordeiro Rosado e Alberto Jordão Marques da Costa, permaneceu sempre na oposição ao Estado Novo. Estes dois políticos foram vigiados atentamente pela polícia política, que classificava este último como pertencendo à «oposição crónica». De facto, o Dr. Alberto Jordão participou em inúmeras iniciativas de oposição ao Estado Novo ao longo da sua vida, com destaque para o Movimento de Unidade Democrática em 1945 e as campanhas eleitorais de Norton de Matos em 1949 e de Arlindo Vicente e Humberto Delgado em 1958, e pertenceu ao directório da Acção Democrato-Social na década de 60⁷³. No entanto, estes velhos republicanos conservadores continuaram a mostrar sérias dificuldades em estabelecerem acordos com outros grupos oposicionistas. Em *Fevereiro de 1959* alguns membros dos antigos partidos republicanos (Partido Republicano Português; Partido Republicano da Esquerda Democrática; Acção Republicana; Partido Republicano Nacionalista) continuavam a negociar um «pacto» para formar uma «frente republicana». Os negociadores do PRN eram os antigos deputados e já septuagenários Alberto Jordão Marques da Costa, Custódio Maldonado de Freitas e Pedro Góis Pita⁷⁴.

⁷⁰ «Información sobre política nacional de Portugal (14-2-1935)», LEGR-847, N.128 Europa, arquivo do Ministério de Assuntos Exteriores, Madrid (agradeço o envio de uma cópia deste documento ao Prof. Doutor Filipe Ribeiro de Meneses).

⁷¹ Notícia cortada no *Primeiro de Janeiro* em 14-3-1935, Direcção-Geral dos Serviços de Censura à Imprensa, Comissão de Censura do Porto, Gabinete do Ministro, correspondência recebida, maço 460, caixa 13, arquivo do Ministério do Interior-ANTT.

⁷² Rui Ramos, «O Estado Novo perante os poderes periféricos: o governo de Assis Gonçalves em Vila Real», in *Análise Social*, vol. xxii, n.º 90, 1986, pp. 109-135; António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal 1914-1945*, Lisboa, Ed. Estampa, 1994; Maria Antónia F. Pires de Almeida, *Família e Poder no Alentejo. Elites de Avis, 1886-1941*, Lisboa, Edições Colibri, 1997; Jorge Pais de Sousa, *Bissaya Barreto. Ordem e Progresso*, Coimbra, Minerva História, 1999; Venerando António Aspra de Matos, *Republicanos de Torres Vedras, Elites, Partidos, Eleições e Poder (1907-1931)*, Lisboa, Edições Colibri, 2003.

⁷³ Alberto Jordão Marques da Costa, Del. do Porto, PI 10635, NT 3620, e Del. de Coimbra, PI 22738, NI 4708, SC PC 79B/31, NT 4195, arquivo PIDE/DGS, ANTT.

⁷⁴ Carta apreendida pela PIDE de Manuel Paulino Gomes para António Resende datada no Montijo em 23-2-1959 (Custódio Maldonado de Freitas, proc. 1726 UI 2350, PIDE/DGS, ANTT).